

## RESENHA

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discurso sobre o Território e o Poder/** Wanderley Messias da Costa-São Paulo: HUCITEC: Editora da universidade de São Paulo, 1992.

**Paula Gabriella Travasso Araújo**

Universidade do Estado do Pará, Licenciatura Plena em Geografia, Castanhal, Brasil

[gabrielapaula.pg@gmail.com](mailto:gabrielapaula.pg@gmail.com)

Nos momentos iniciais desta o autor irá trazer um discursão acerca da Geografia Política Clássica, onde trará em destaque dois geógrafos, o alemão Friedrich Ratzel e o geógrafo francês Camille Vallaux, que através de seus estudos trouxeram reflexões que formularam pioneiramente conceitos e teorias fundamentais que marcaram profundamente o desdobramento posterior desse ramo do conhecimento.

Friedrich Ratzel nos adianta o núcleo de sua concepção sobre o território e o Estado. Para ele, os Estados são organismos que devem ser concebidos em sua íntima conexão com o espaço. A ideia de organismos foi emprestada por Ratzel à biogeografia, para qual o solo condiciona as formas de vida elementares e complexas da vida. Ao Estado caberá estreitar o mais possível os seus laços de coesão e unidade de modo a atingir toda a extensão do ecúmeno, reforçando a ideia de que para ele o desenvolvimento dos povos, particularmente dos alemães, passa necessariamente pelo alargamento do horizonte geográfico.

Em contra partida, Camille Vallaux, tem o mérito de apresentar o primeiro estudo completo e sistemático em geografia política desde Ratzel. O título de seu trabalho, O solo e o Estado, é proposital, já que ao longo de toda exposição ele praticamente estabelece com o famoso geógrafo alemão um diálogo exaustivo, aceitando, contrapondo e superando cada conceito e teoria ali expostos. Seu modo particular de abordar a relação do Estado com o solo se inicia com uma crítica as teorias sociológicas racionalistas e românticas sobre este, para ele o Estado deve ser considerado como “uma forma essencialmente geográfica da vida social”.

Em sua definição de tipos de Estados, o autor reconhece dois principais: os simples e os complexos. O primeiro caracteriza-se pelo fato de que seu nível de coesão interna é baixo, e ao contrário, o segundo apresentariam tendências a uma forte coesão interna. Durante todo o “diálogo” com Ratzel, o ponto de maior “fricção” entre os dois é, sem dúvida, o que se refere ao conceito de espaço. Vallaux parte de uma ideia de espaço concreto, isto é, uma, “extensão

determinada” que se apresenta em suas singularidades concretas (físicas e humanas), não concordando com o conceito de “espaço abstrato”, do “espaço em si” de Ratzel.

Dentre o conjunto de temas da Geografia Política desenvolvidas por Vallaux, destacam-se as suas análises a respeito dos problemas da circulação, das cidades e das fronteiras. Segundo ele, dever-se-ia pensar na circulação sob outro prisma, uma concepção mais estreita, porque o fenômeno da circulação não se restringe às “coisas”, e a “rede de circulação” esses fenômenos no geral desenvolve-se sob a “sombra dos Estados”. Sua interpretação das fronteiras deve ser concebida muito mais como zonas que como linhas formais. A zona-fronteira constituiria antes de tudo, uma área que se destinaria simultaneamente às *interpenetrações* e às *separações* entre os Estados sendo um campo de forças em muitos casos de disputa. Segundo Vallaux nenhuma ciência pode ser considerada como tal, se ela se põe como objetivo de estudo de algum “objeto particular”, o que definiria a geografia política, apenas como uma técnica de agregação de fatos faz-se necessário, portanto, que além de legitima-se, a geografia política encontre seu próprio método.

Devido à confusão conceitual e terminológica que se estabeleceu em torno da definição da geopolítica, o autor irá abordar O discurso Político, e como essa nova linha de pensamento irá se difundir. A geopolítica é antes de tudo um subproduto e um reducionismo técnico e pragmático da geografia política. O pioneiro da geopolítica foi Rudolf Kjéllen, sua fama deve-se praticamente ao fato de ter cunhado o termo geopolítico para expressar as suas concepções sobre relações entre Estado e o Território, direcionado sua “nova ciência” aos “estados maiores” dos impérios centrais da Europa, em especial a Alemanha. Com isso, inaugura a mais controvertida de suas vertentes, a *geografia política da guerra*, ou a *geopolítica*.

A relação entre espaço e poder, manifestava um momento histórico que envolvia o mundo em escala global, caracterizado pela emergência das potências mundiais e, com elas, o imperialismo como forma histórica específica de relacionamento internacional. O caráter imperialista da economia e das políticas territoriais das grandes potências assentavam-se em dois processos, envolvendo estratégias de dominação em escala global: disputas hegemônicas de vizinhanças e competição de domínio dos territórios de expansão colonial.

Durante a segunda metade do século XIX essa política expansionista, além de intensificar-se, assume novos rumos que caracterizará o EUA como uma nova potência mundial de fato, mesmo que situado à margem do jogo comandado pelas antigas potências europeias. O mundo agora estava dividido por áreas de influência de cada uma delas. As fronteiras formais serão apenas uma das linhas de eventuais tensões, somadas às “zonas de

fricções” em escala global. Dentro desse contexto surge A. T. Mahan com uma “ótica norte americana” é reconhecido como o precursor das teorias geopolíticas sobre o poder marítimo na época contemporânea. A sua argumentação baseia-se na premissa de que um governo só terá sucesso em sua política voltada para a construção de um poder marítimo

Ainda dentro dessa abordagem, surge o geógrafo inglês H. Mackinder que ocupara lugar de destaque na discussão da geopolítica. O pragmatismo dele caracteriza-se por uma tentativa permanente de aliar a análise política do equilíbrio de poder do quadro internacional e os elementos empíricos (para ele concretos) fornecidos pelos estudos correntes produzidos pela geografia, ele defende a ideia de que a disputa pela hegemonia em escala global dependia da importância cada vez maior do que chamou “poder terrestre”, destacando assim pelo autor dois fatores recentes (na época) que produziram resultados diversos: primeiro o Canal de Suez e segundo as Ferrovias.

Partindo dessa discussão o autor trará uma abordagem acerca da Geografia Política no Período do Interguerras, trazendo uma análise do pós-guerra, e como a geopolítica e a Geografia Política irá apresentar-se dentro deste cenário. Isaiah Bowman geógrafo norte americano, publicou em 1921 o mais prestigiado estudo geográfico político sobre o quadro europeu e mundial do período pós Primeira Guerra, influenciando o interesse pela Geografia Política. Em seu trabalho Bowman entende que a guerra produziu um mundo novo, onde chama atenção para um fato novo, a entrada de uma nova potência mundial no pós-guerra, os EUA.

Sob qualquer ponto de vista, a devastação da guerra e as soluções encontradas especialmente as políticas territoriais na Europa Centro Ocidental definiram um autêntico quadro de *paz cartaginesa* para o mundo, em que as tensões latentes não tardariam a aflorar num futuro não muito distante. A própria situação de *paz cartaginesa*, instalada pelos tratados de paz nos primeiros anos após o fim da primeira guerra, contribuiu para o clima de instabilidade latente na Europa e em amplas porções do Globo, refletindo nas produções em geografia política com um crescimento notável de publicações, mas será na Alemanha, em particular, que se desenvolvera como nunca a vertente dessa disciplina conhecida como geopolítica.

E nesse cenário que surge a figura do general geógrafo K. Haushofer, no qual constituirá a mais famosa e controvertida escola de geopolítica de todos os tempos. Partindo das ideias de Ratzel, mas inspirando-se principalmente em Kjéllen, repercutindo fortemente não apenas na Alemanha, mas em amplos círculos acadêmicos, militares e diplomatas para além desse país, provocando as maiores reações críticas da comunidade geográfica.

Durante esse período de guerras torna-se amigo de Rudolf Hess, que mais tarde será seu aluno e seu canal direto com Hitler e o Terceiro Reich, no entanto essa relação com os nazistas e o próprio Hitler nunca ficou completamente esclarecida. Apesar dessa possível “simpatia” com as ideias nazistas, Haushofer passa a discordar da prática política exterior nazista. Outro tema de suas teorias geopolíticas, e que se transformou no assunto mais comentado no âmbito da geografia política e até mesmo fora dela é o que se refere à sua ideia de um bloco euroasiático continental.

Dentro desse período de Guerras Mundiais surge um debate teórico sobre a Geografia Política, onde aos autores agora estão preocupados com uma concepção de geografia política fundamentada no “movimento social”, cuja abordagem qualificam de *sociologia geográfica*, agora o Estado não sendo mais analisado sob a forma do determinismo territorial de Ratzel, cabe agora concebe-lo em sua *diversidade* intrínseca, onde são as sociedades que determinam o papel do Estado.

Finalmente Hartshorne examina o papel das fronteiras como elementos de fragmentação de “associações a nível local”. O autor defende as políticas destinadas a promover a integração e a coesão territoriais. A rede de circulação e os fatores de coesão destinam-se, portanto, a evitar fenômenos de desintegração e dispersão, como regionalismo e a natureza instável de certas zonas fronteiriças, argumenta que o Estado central, tende a unificar o mais possível o “Estado área”, é sob esse ângulo que devem ser examinadas as relações no interior de um “Estado área”, e são dessa relação entre estado e cidadanias que ele deduzirá o controvertido conceito de nação, referindo-se a um “sentimento comum”, de autoafirmação de um grupo frente aos demais, linguagem, sangue, raça, semelhanças culturais.

A evolução da Geografia política nos EUA é caracterizada por uma diversidade interna quanto aos seus pressupostos teóricos e objetivos. Dentre todos os que examinaram a nova posição geopolítica e as projeções do poder dos EUA no contexto da Segunda Guerra, o geógrafo N. Spykman tem especial destaque, onde apresentou um estudo exaustivo sobre os principais aspectos envolvidos com posição estratégica mundial de seu país, onde deduz a “potência” dos Estados das relações de poder enquanto relação social.

Do seu ponto de vista e dos EUA, todas as relações interestatais são políticas por excelência e se manifestam como “colaboração, adaptação e posição”, onde essas relações internacionais são, antes de tudo, produto das relações bilaterais e multilaterais entre os Estados, o que torna os esquemas centrados em alianças e blocos a forma dominante na política mundial. Para ele, a geografia ainda era fator fundamental para a política externa dos

Estados, pois constituía o seu dado elementar e permanente, como a posição dos continentes, países, etc.

Dentro desse contexto é importante analisar a Geografia Militar e Geopolítica no Brasil. Neste país assim como em outros países da América Latina, “importou-se” prontamente e exclusivamente a geopolítica, os estudos da geopolítica desde logo tiveram a hegemonia do pensamento militar e de suas instituições, não havendo um pensamento geopolítico e muito menos geográfico político que possa ser referido como produto de um ambiente de reflexão acadêmico especificamente universitário, caracterizando um atraso cultural, teórico e técnico.

A comunidade geográfica manteve-se (prudentemente?) afastada da geografia política e especialmente da geopolítica, até recentemente. Os geógrafos brasileiros, no caso, não foram os únicos a adotar essa postura, ao que tudo indica procuraram rejeitar com o silêncio o que identificavam como pseudociência, ou ideologias perigosas. Esse fato demonstra que os círculos de elite militar e conservadora brasileira, tiveram na geografia (em geral) um excelente instrumento prático e teórico para parte substantiva de suas justificações “científicas” a respeito dos “problemas nacionais”. Bertha Becker foi uma das geografistas brasileiras que deixa claro, em seu artigo que o resgate crítico desse discurso pelos geógrafos é fundamental para a tarefa teórica atual de desvendar os complexos mecanismos do poder que envolvem o espaço na época contemporânea, em sua própria fala ela afirma este conceito “A Geopolítica torna-se incompreensível sem a consideração da moldagem do planeta pelo vetor científico tecnológico moderno”.

A partir daí começasse trilhar novos caminhos para tornar a Geografia Política em uma Disciplina Científica. Em 1954 Stephen B. Jones publica um artigo pelo qual ele propõe que haja um “continuum” da ciência política para a geografia política, uma interdisciplinaridade, mantendo cada uma a sua especificidade, mas num campo teórico crescentemente unificado, onde defende que é necessário que o geógrafo deixe de aproximar-se da ciência política apenas pelos jornais, e que os cientistas políticos abandonem a ideia de que a geografia é apenas um “conjunto de fatores físicos do espaço”. O estágio atual dos estudos na área deve-se em grande parte ao movimento de renovação ocorrido na década de 70, que coincide, aliás, com as notáveis mudanças teóricas e metodológicas verificadas em toda geografia social no período.

. É sabido que os estudos geográficos, sobre os fatos da política não possuem, entre geógrafos, a importância dos estudos urbanos ou econômicos, por exemplo, que são, afinal, os preferidos do momento. Apesar disso, é inegável que a geografia abriu-se generosamente para

a pesquisa e a reflexão sobre os fatos da política. É verdade que, em relação ao Estado territorial, ela sempre foi grande especialista, e é importante hoje que seja resgatada essa contribuição.

Porém, nos dias atuais é preciso ir além e dar conta, como observa Claval, das “complexas engrenagens” das relações de poder em sociedade contemporânea. Partindo desta ideia de Claval, o Estado neste momento acaba ganhado mais um papel social do que mesmo um agente de poder, onde o mesmo, segundo Gramsci é resultado da combinação entre uma sociedade política e uma sociedade civil, assumindo cada vez mais funções específicas capazes de promover o chamado “bem-estar social”.

Do mesmo modo do Estado às fronteiras ao longo desta discussão ganharam novos conceitos e novas “formas”. As fronteiras serão examinadas em diversas escalas, Elas serão abordadas também, distinguindo-se as questões externas, relações internacionais de proximidade entre estados, relações entre etnias, ou geopolítica externa: e as questões internas, efeitos internos do traçado, processos de construção nacional ou regional.

Em relação à mundialização das políticas internacionais, sabe-se que não são fenômeno inteiramente novo, tendo sido observado e interpretado pelos pioneiros dos estudos geográficos políticos. O fenômeno da Mundialização é central na análise de Milton Santos, que não o transforma numa “panaceia”, mas toma-o como uma das poderosas tendências do período atual, capaz de requalificar os fatos usualmente examinados pelos geógrafos.

Quanto ao conceito de território, Raffestin não tem dúvida de que os geógrafos vêm, equivocadamente, confundiu-o com o de espaço, este sim, a seu ver, o conceito central. Para ele, apenas quando “atores” se apropriam de um espaço é que este se torna território, ou seja, “territorializam” o espaço e nessas relações surgem as “territorialidades”, ou seja, um sentimento ou noção territorial que é fruto das suas “relações existenciais” ou “produtivas”. Sob esse enfoque, o princípio da soberania dos Estados tende a adaptarem-se a esses novos padrões de relacionamento internacional, mas ressalvando que essa adaptação será sempre *teleológica*, isto é, cabe aos Estados determinar os seus próprios graus de soberania, em função de seus interesses.

Portanto objetivo do autor com esta obra é trazer uma análise contextual da Geografia Política e a Geopolítica. Onde mesmo contidas em uma só ciência, apresentam elementos e conceitos “distintos”. Esta análise estará sempre presente em toda obra, sendo que elas se apresentaram em momentos distintos, e ganhados a partir de cada análise um novo conceito uma nova forma de abordagem uma nova “utilidade”, onde seu principal objetivo e trazer um conceito concreto.

E durante esse debate de Geopolítica e Geografia Política, surgem conceitos que hoje são de extrema importância para o estudo geográfico. Dentre eles, os conceitos de fronteira, nação, território foram amplamente explanados nesta obra. Observa-se que assim como tudo evolui esses conceitos foram evoluindo e se encaixando dentro nosso atual cenário territorial, onde foram ganhando novos significados.